

“Educação Máxima dará prioridade ao desempenho”

Renato Alves

O GDF resolveu trocar um programa de renda mínima, que não atingia propriamente objetivos educacionais, por uma iniciativa em que os alunos da rede pública terão a tutela de professores e coordenadores escolares para atingirem bons desempenhos na aprendizagem, contando ainda com atendimento à saúde e à nutrição.

Essa foi a avaliação da secretária de Educação, Eurides Brito, para a implantação do programa Educação Máxima - conforme anunciou na quarta-feira o governador Joaquim Roriz - que será tocado simultaneamente ao Bolsa Escola, baseada em pesquisas que apontam a falta de mecanismos deste último para a efetiva aprendizagem dos alunos e, em outros aspectos, garantir o beneficiamento direto à criança bolsista por meio do salário mínimo pago pelo GDF.

“Um programa de educação não pode ter como objetivo apenas manter a criança na escola. É preciso oferecer à criança o acompanhamento sistemático de professores e coordenadores, além de garantir atendimento à saúde com atenção à nutrição dos alunos, para garantir um bom nível de aprendizagem”, afirmou ontem Eurides Brito, ao analisar a mudança de parâmetros educacionais. Essas considerações, garantiu a secretária, estão fundamentadas cientificamente.

Eurides discorreu sobre cada um dos problemas do Bolsa Escola revelados pelas pesquisas encomendadas a instituições como Fundação Cesgranrio, do Rio de Janeiro, Universidade Católica de Brasília e



As pesquisas mostraram diferenças de aproveitamento entre os alunos bolsistas e os demais

Geraldo Magela



Eurides: rendimento escolar

Departamento de Inspeção de Ensino da Secretaria de Educação. No primeiro levantamento

efetuado, do Departamento de Inspeção, foram entrevistados 4.101 bolsistas (7,7% do total de 53.010 alunos beneficiados) para constatação da situação dos mesmos antes de serem inseridos no programa. A primeira contradição do Bolsa Escola, relatou Eurides, surgiu nessa pesquisa.

“O programa se propunha a colocar na escola aquelas crianças que trabalhavam para ajudar na renda da família, ou crianças cujos pais não davam importância à educação. Mas dos 4.101 entrevistados, apenas 2,3% não estavam matriculados antes de receberem a bolsa. Historicamente o DF sempre teve os maiores índices de escolaridade do País. Em 1991, muito antes da implantação do Bolsa Escola (adotado em 1995), 92,5% das

crianças de sete a 14 anos do DF estavam matriculadas, segundo o IBGE”, disse a secretária, para quem o programa é muito bom para regiões com alto índice de trabalho infantil, como acontece nos canaviais do Nordeste e carvoarias de vários estados.

A pesquisa da Universidade Católica de Brasília, pela qual foram ouvidos mães de 120 bolsistas, as próprias crianças beneficiadas, professores e coordenadores de escolas, apontou contradição do Bolsa Escola no aspecto do trabalho infantil: apenas 14,5% das crianças trabalhavam quando incluídas no programa, e 6,7% continuaram trabalhando mesmo depois de receberem a bolsa.

RODRIGO LEDO

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA